



MINISTÉRIO DAS CIDADES
Secretaria Nacional de Habitação

CONSELHO GESTOR DO FUNDO NACIONAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
11ª. REUNIÃO ORDINÁRIA

Data: **30/03/2009**
Hora: **10h00**
Local: **Saint Peter Hotel, SHS, Quadra 2, Bloco D – Brasília/DF**

I - ENTIDADES INTEGRANTES DO CONSELHO

1 - Ministério das Cidades - MCIDADES:

Marcio Fortes de Almeida – Ministro de Estado das Cidades - Presidente do Conselho

Inês da Silva Magalhães – Secretária Nac. Habitação - Vice-Presidente do Conselho

Júnia Maria Barroso Santa Rosa – Secretária Nacional de Habitação - Substituta

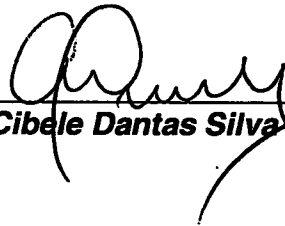
2 – Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT:

Alexandre Navarro Garcia – Titular



Alexander Celestino de Barros - Suplente

3 – Ministério da Cultura - MinC:



Cibele Dantas Silva Araes - Titular

Elder Vieira - Suplente

4 – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS:

Frederico Campos Guanais de Aguiar - Titular



Marcus Vinicius da Costa Villarim - Suplente

5 – Ministério da Fazenda - MF:



Antonia Portela de Lima - Titular



Ézio de Luna Freire - Suplente

6 – Ministério da Integração Nacional - MI:

Frederico Guilherme Livino de Carvalho - Titular

Antônio Roberto Albuquerque Silva - Suplente

7 – Ministério do Meio Ambiente - MMA:

Silvano Silvério da Costa - Titular

Marcos Pellegrini Bandini - Suplente

8 – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP:

Célia Corrêa - Titular



Ígor Vinícius de Souza Geracy - Suplente

9 – Ministério da Saúde - MS:

Flávio Marcos Passos Gomes Jr. - Titular

Manoel Maria Henrique Nava Jr. - Suplente

10 – Ministério do Trabalho e Emprego - MTE:

Paulo Eduardo Cabral Furtado - Titular

Antônio Góis de Oliveira - Suplente

11 – Caixa Econômica Federal - CEF:

Rogério de Santos Caldas - Titular



Valéria Soares Sette Brüggenmann - Suplente

12 – Central de Movimentos Populares – CMP:

Antonio Sabino Vasconcelos Neto - Titular

Saulo Manoel da Silveira - Suplente

13 – Confederação Nacional das Associações de Moradores – CONAM:

Bartíria Perpétua Lima da Costa - Titular

Wilson Valério da Rosa Lopes - Suplente

14 – Movimento Nacional de Luta pela Moradia – MNLM:

Miguel Lobato Silva - Titular



Edymar Fernandes Cintra - Suplente

15 – União Nacional por Moradia Popular – UNMP:



Marli Aparecida Carrara Verzegnassi - Titular

Evaniza Lopes Rodrigues - Suplente

16 – Confederação Nacional da Indústria – CNI:



Miguel da Silva Sastre - Titular

Maria Elizabeth Cacho do Nascimento - Suplente

17 – Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC:

Marcos Augusto Netto – Titular



Luiz Antônio Cossio - Suplente

18 – Confederação Nacional das Instituições Financeiras – CNF:

Jorge Luiz Ávila da Silva - Titular



Nylton Velloso Filho - Suplente

19 – Central Única dos Trabalhadores – CUT:



Waldemar Pires de Oliveira – Titular

Domingos Oliveira Davide - Suplente

20 – Federação Interestadual de Sindicato de Engenheiros – FISENGE:

Ubiratan Félix Pereira dos Santos – Titular



Thereza Neumann Santos de Freitas – Suplente

21 – Federação Nacional de Arquitetos e Urbanistas – FNA:

Berthelma Alves Costa - Titular

Jair Pedro Ferreira - Suplente

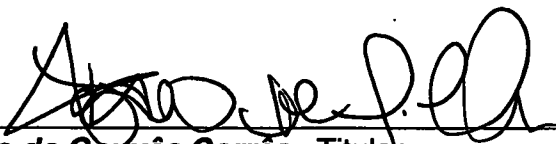
22 – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano – ANPUR:

Adauto Lúcio Cardoso – Titular

Clóvis Ilgenfritz da Silva - Suplente



23 - Fundação Centro de Defesa dos Direitos Humanos Bento Rubião - FBR:

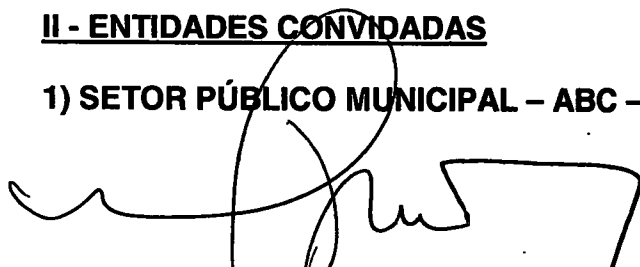


Ricardo de Gouvêa Corrêa - Titular

Teresa Hilda Bezerra de Souza Costa – Suplente

II - ENTIDADES CONVIDADAS

1) SETOR PÚBLICO MUNICIPAL – ABC – Associação Brasileira de COHABs



NOME: MANOEL BARBOSA DE ARRUDA
CARGO: SECRETÁRIO EXECUTIVO

2) SETOR PÚBLICO MUNICIPAL – CNM – Confederação Nacional de Municípios

NOME:

CARGO:

3) SETOR PÚBLICO MUNICIPAL – FNP – Frente Nacional de Prefeitos

NOME:

CARGO:



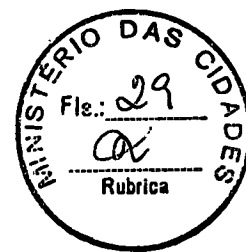
4) SETOR PÚBLICO ESTADUAL – GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Rosa de Fátima Soares de Souza

5) SETOR PÚBLICO ESTADUAL – GOVERNO DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL



Carlos Eduardo Xavier Marun – Secretário Estadual de Habitação/MS



MINISTÉRIO DAS CIDADES
Secretaria Nacional de Habitação

1
2
3
4
5
6
7
8
9

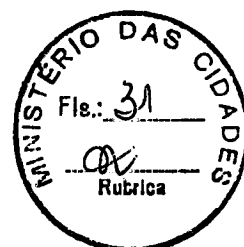
CONSELHO GESTOR DO FUNDO NACIONAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 30/03/2009

10 Aos trinta dias do mês de março do ano de dois mil e nove, nas dependências do Saint
11 Peter Hotel, localizado no Setor Hoteleiro Sul, Quadra 2, Bloco D, Brasília/DF, às dez
12 horas e trinta minutos, sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado
13 das Cidades, Marcio Fortes de Almeida, e na presença dos seguintes conselheiros: Sra.
14 Inês da Silva Magalhães, Secretária Nacional de Habitação, Vice-Presidente do
15 Conselho; Sra. Júnia Maria Barroso Santa Rosa, Secretária Nacional de Habitação
16 Substituta; Sra. Cibele Dantas Silva Arraes, pelo Ministério da Cultura – MinC; Sr.
17 Marcos Vinícius da Costa Villarim, pelo Ministério do Desenvolvimento Social e
18 Combate à Fome – MDS; Sra. Antônia Portela de Lima, pelo Ministério da Fazenda –
19 MF; Sr. Frederico Guilherme Livino de Carvalho, pelo Ministério da Integração Nacional
20 – MI; Sra. Célia Corrêa, pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP;
21 Sr. Manoel Maria Henrique Nava Júnior, pelo Ministério da Saúde – MS; Sr. Paulo
22 Eduardo Cabral Furtado, pelo Ministério do Trabalho e Emprego – MTE; Sra. Valéria
23 Soares Sette Brüggemann, pela Caixa Econômica Federal – CEF; Sr. Antônio Sabino
24 Vasconcelos Neto, pela Central de Movimentos Populares – CMP; Sra. Marli Aparecida
25 Carrara Verzegnassi, pela União Nacional por Moradia Popular – UNMP; Sr. Miguel da
26 Silva Sastre, pela Confederação Nacional da Indústria – CNI; Sr. Nylton Velloso Filho,
27 pela Confederação Nacional das Instituições Financeiras – CNF; Sr. Waldemar Pires de
28 Oliveira, pela Central Única dos Trabalhadores – CUT; Sra. Thereza Neumann Santos
29 de Freitas, pela Federação Interestadual de Sindicato de Engenheiros – FISENGE; Sra.
30 Berthelina Alves Costa e Sr. Jair Pedro Ferreira, ambos pela Federação Nacional de
31 Arquitetos e Urbanistas – FNA; Sr. Adauto Lúcio Cardoso, pela Associação Nacional de
32 Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano – ANPUR; Sr. Ricardo de
33 Gouvêa Corrêa, pela Fundação Centro de Defesa dos Direitos Humanos Bento Rubião
34 – FBR; e contando ainda com a presença dos seguintes convidados: Sr. Manuel
35 Barbosa de Arruda, Secretário-Executivo da Associação Brasileira de Companhias de
36 Habitação e Órgãos Assemelhados – ABC, representando o setor público municipal; e o
37 Sr. Carlos Eduardo Xavier Marun, Secretário de Habitação do Governo Estadual de
38 Mato Grosso do Sul – Gov.MS, representando o setor público estadual, teve início a
39 11ª. (décima primeira) reunião ordinária do Conselho Gestor do Fundo Nacional de
40 Habitação de Interesse Social, secretariada pelo Sr. Nelson Teixeira da Silva, servidor
41 da Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades – SNH, destinada a
42 apreciar a seguinte pauta: **1) ASSUNTOS PARA DELIBERAÇÃO: 1) Ata da 10ª.**
43 **Reunião Ordinária do Conselho Gestor do FNHIS, realizada em 8 de dezembro de**
44 **2008; 2) Voto nº 002/2009/MCIDADES, de 13 de março de 2009 – Propõe o**
45 **referendo da Resolução nº 24, de 18 de fevereiro de 2009, publicada ad**
46 **referendum do Conselho Gestor do FNHIS; e 3) Voto nº 003/2009/SNH/MCIDADES,**



47de 13 de março de 2009 – Submete, à apreciação do Conselho Gestor, as contas
48do FNHIS, referentes ao exercício de 2008 - Verificado o quorum regimental pelo Sr.
49Nelson Teixeira (SNH), o Sr. Presidente do Conselho deu início à reunião saudando os
50presentes e anunciando a nomeação de novos Conselheiros. Em seguida, passou a
51palavra ao Sr. Nelson Teixeira (SNH) solicitando o início do relato das matérias para
52deliberação. **1) Ata da 10ª. Reunião Ordinária do Conselho Gestor do FNHIS,**
53**realizada em 8 de dezembro de 2008.** – Dispensada sua leitura, a ata foi submetida
54aos Srs. Conselheiros, em regime de votação, tendo sido aprovada por unanimidade. **2)**
55**Voto nº 002/2009/MCIDADES, de 13 de março de 2009 – Propõe o referendo da**
56**Resolução nº 24, de 18 de fevereiro de 2009, publicada ad referendum do**
57**Conselho Gestor do FNHIS** – Convidado pelo Sr. Presidente do Conselho, o Sr.
58Nelson Teixeira (SNH) relatou a matéria, esclarecendo que, de acordo com o
59Regimento Interno do Conselho, a Resolução nº 24, de 2009, deveria ser trazida para
60referendo do colegiado na reunião ordinária realizada imediatamente após sua
61publicação. Esclareceu os motivos que levaram o Ministério das Cidades a editar a
62medida ad referendum, explicando que, em 19 de março de 2008, por intermédio da
63Resolução nº 15, o Conselho Gestor do FNHIS fixou novos prazos e condições para
64adesão ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS. Entre as
65aludidas condições, destacavam-se os prazos para cumprimento das obrigações
66decorrentes da assinatura do Termo de Adesão ao SNHIS, quais sejam: apresentação
67de Lei de criação de fundo e conselho locais de habitação de interesse social até 31 de
68dezembro de 2008 (nos casos de estados, DF e municípios com população superior a
6920 mil habitantes ou integrantes de regiões metropolitanas) ou até 31 de dezembro de
702009 (para os municípios com população até 20 mil habitantes e não integrantes de
71regiões metropolitanas), e apresentação de Plano Habitacional de Interesse Social até
7231 de dezembro de 2009 (para todos os entes federados). A Resolução nº 15, de 2008,
73vedou ainda a aplicação dos recursos do FNHIS a favor dos entes federados que não
74viesses a se manifestar pela adesão ao SNHIS, e ainda que não viessem a cumprir as
75obrigações dela decorrentes nos prazos fixados pelo Conselho Gestor, admitindo-se,
76até os seus respectivos vencimentos, a apresentação intermediária de Projeto de Lei,
77comprovadamente encaminhado ao Legislativo local, dispondo sobre a criação de
78fundo e conselho. Tal exigência passou a se constituir em pré-requisito para assinatura
79dos contratos de repasse e desembolsos para propostas selecionadas no âmbito dos
80programas de aplicação dos recursos do FNHIS, referentes aos exercícios de 2007 e
81de 2008. Continuando seu relato, o Sr. Nelson Teixeira (SNH) esclareceu que o
82processo de adesão dos entes federados ao SNHIS já havia envolvido todas as 27
83(vinte e sete) Unidades da Federação, atingindo também a marca de 5.121 (cinco mil,
84cento e vinte e um) do total de 5.564 (cinco mil, quinhentos e sessenta e quatro)
85municípios brasileiros. Entretanto, o cumprimento das obrigações decorrentes dos
86Termos de Adesão ao SNHIS ficaram abaixo do desejado. Na ocasião da edição da
87Resolução nº 24, de 2009, as informações provenientes do Agente Operador, Caixa
88Econômica Federal, demonstraram, para os municípios com população superior a vinte
89mil habitantes, que apenas 532 (quinhentos e trinta e dois) municípios, após 1º de
90janeiro de 2009, encontravam-se em situação de regularidade, isto é, apresentam Lei
91de criação de fundo e conselho, o que correspondia a 32% (trinta e dois por cento) do
92total de 1.620 (um mil, seiscentos e vinte) municípios aderentes, e a 51% (cinquenta e
93um por cento) do universo de 1.038 (um mil e trinta e oito) municípios selecionados
94para receber repasse de recursos FNHIS. No que tange à situação de elaboração dos
95Planos Habitacionais de Interesse Social, o cenário também demonstrou-se



96insatisfatório, na medida em que somente, 23 (vinte e três) Planos haviam, até então,
97sido entregues ao Agente Operador. O Sr. Nelson Teixeira (SNH) informou que o
98Ministério das Cidades acredita que o pleito eleitoral, com a consequente alteração das
99administrações municipais, ocorrido no exercício de 2008, retardou a concretização das
100ações necessárias ao pleno cumprimento do processo de adesão ao SNHIS. O Sr.
101Nelson Teixeira (SNH) acrescentou que a medida ad referendum foi adotada de modo a
102se evitar solução de continuidade para as operações selecionadas nos exercícios de
1032007 e 2008, que estariam impedidas de assinar contratos de repasse ou receber
104recursos, nos casos de municípios que estivessem em situação irregular com o
105processo de adesão ao SNHIS. Encerrando seu relato, o Sr. Nelson Teixeira (SNH)
106esclareceu que a publicação da Resolução ad referendum foi precedida de consulta-
107prévia aos Srs. Conselheiros, que assim se posicionaram: favoráveis à edição da
108deliberação ad referendum: Caixa Econômica Federal (CEF); Ministério da Fazenda
109(MF); Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP); Ministério do Trabalho e
110Emprego (MTE); Ministério da Cultura (MinC); Ministério da Saúde (MS); Ministério da
111Ciência e Tecnologia (MCT); Confederação Nacional da Indústria (CNI); Confederação
112Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC); Confederação Nacional das
113Instituições Financeiras (CNF); Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros
114(FISENGE); Federação Nacional dos Arquitetos e Urbanistas (FNA); e Central Única
115dos Trabalhadores (CUT); contrários à edição da deliberação ad referendum:
116Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e
117Regional (ANPUR); e ausência de manifestação das seguintes entidades: Ministério da
118Integração Nacional (MI); Ministério do Meio Ambiente (MMA); Ministério do
119Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); Fundação Centro de Defesa dos
120Direitos Humanos Bento Rubião (FBR); Central de Movimentos Populares (CMP);
121Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN); União Nacional por Moradia
122Popular (UNMP); e Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM),
123tendo sido alcançadas, portanto, treze manifestações favoráveis, excluindo, o Voto da
124Relatora e do próprio Presidente. Encerrado o relato da matéria, o Sr. Presidente do
125Conselho abriu a palavra para manifestação dos Srs. Conselheiros. Nesse momento, a
126Conselheira Thereza Neumann (FISENGE) perguntou se apenas a dilatação dos
127prazos seria medida suficiente para que os municípios viessem a cumprir as obrigações
128decorrentes do processo de adesão ao SNHIS, ou se seria necessária uma intervenção
129de natureza técnica junto aos mesmos. A Sra. Júnia Santa Rosa (SNH) explicou que
130existem algumas ações didáticas para apoio à elaboração de planos, implementadas
131pela Caixa Econômica Federal e, dentro do limite, a equipe do Ministério das Cidades
132também tem realizado cursos e ações de capacitação. Solicitando a palavra, a
133Conselheira Marli Carrara (UNMP) solicitou que ficasse registrado em ata, como
134prioridade, os seminários que a Secretaria Nacional de Habitação poderia ter feito e não
135foram realizados, com a intenção de sensibilizar os municípios fazendo uma campanha
136pela adesão, inclusive com a participação das representações estaduais da Caixa
137Econômica Federal. Encerrando sua intervenção, a Conselheira Marli Carrara (UNMP)
138afirmou que, sem essas ações, no final de 2009, o Conselho Gestor, mais uma vez, terá
139que se reunir para dilatar os prazos referentes à adesão ao SNHIS. A Sra. Júnia Santa
140Rosa (SNH), em resposta à Conselheira Marli Carrara (UNMP), afirmou que o Ministério
141das Cidades, em conjunto com a Caixa Econômica Federal, estará reforçando as ações
142de capacitação técnica dos municípios. No uso da palavra, o Conselheiro Aauto
143Cardoso (ANPUR) antecipou seu voto contrário, afirmando que as sucessivas
144prorrogações de prazo estavam ameaçando a consolidação do Sistema Nacional de



194de Gestão. Durante sua apresentação, a Conselheira Valéria Soares (CEF) afirmou que
195dentre os fatos relevantes de 2008 foi a estratégia de atuação buscando a
196sedimentação do Conselho Gestor, que estimula a atuação de todos os agentes
197públicos e privados da sociedade organizada nos setores técnicos e acadêmicos na
198população e implementação da Política Nacional de Habitação. Outro aspecto relevante
199referia-se às ações de capacitação sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse
200Social - SNHIS, com destaque para a realização de seminário de capacitação sobre os
201Planos Locais de Habitação de Interesse Social, que teve como objetivo principal,
202debater e orientar os municípios e estados. Destacou ainda que o processo de adesão
203ao SNHIS alcançou a marca de 91% dos entes federados, que é considerado um marco
204bastante significativo. Sobre a ação de provisão habitacional houve cinco mil trezentos
205e noventa e cinco propostas enviadas e com relação a ação de urbanização houve
206duas mil novecentos e quinze propostas. Para execução do plano habitacional foram
207enviadas novecentos e noventa propostas. Feita a apresentação, o Conselheiro Aduino
208Cardoso (ANPUR) solicitou a palavra e afirmou que o relatório deveria conter maior
209detalhamento da execução e dos resultados alcançados pelos programas. Também no
210uso da palavra, o Conselheiro Paulo Eduardo (MTE) sugeriu aprimoramento redacional
211com relação à conjugação verbal do artigo 1º da minuta de Resolução e afirmou que
212deveriam ser diminuídos os contratos celebrados com cláusula suspensiva, de maneira
213a conferir efetividade às operações do FNHIS, citando como exemplo ações análogas
214adotadas pelo Conselho Curador do FGTS, do qual é Secretário-Executivo. Solicitando
215a palavra, o Conselheiro Nylton Velloso (CNF) solicitou que a SNH providenciasse,
216após a reunião, nova remessa do Relatório de Gestão, consolidando a errata naquele
217momento distribuída. Também solicitou a palavra o Conselheiro Waldemar Pires (CUT)
218no sentido de questionar se a CEF monitora a regularidade trabalhista das empresas
219que executam obras com recursos do FNHIS, sendo apartado pela Conselheira Valéria
220Soares (CEF), que afirmou que tal procedimento fica a cargo das Delegacias Regionais
221do Trabalho. Em complemento à intervenção do Conselheiro Waldemar Pires (CUT), o
222Conselheiro Jair Ferreira (FNA) afirmou também se preocupar com a questão da
223regularidade trabalhista das empresas, e sugeriu a implementação de acordos entre as
224entidades sindicais e as Delegacias Regionais do Trabalho. De toda forma, afirmou o
225Conselheiro Jair Ferreira (FNA) que o Conselho Gestor não deveria aprovar regras que
226dificultassem a execução dos programas do FNHIS. Também sobre o tema da
227regularidade trabalhista das empresas, o Sr. Presidente do Conselho afirmou que esse
228tema deveria ser melhor discutido em outras oportunidades, de forma a serem
229construídas propostas. O Conselheiro Antônio Sabino (CMP) concordou com o
230encaminhamento dado pelo Sr. Presidente do Conselho. O Sr. Presidente do Conselho
231afirmou que a sugestão de redação apresentada pelo Conselheiro Paulo Eduardo
232(MTE) seria levada à consideração da Consultoria Jurídica. Não havendo outras
233intervensões, o Sr. Presidente do Conselho submeteu à matéria aos presentes, em
234regime de votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Não havendo outros
235assuntos para deliberação, o Sr. Presidente do Conselho aproveitou a oportunidade
236para apresentar o Programa Minha Casa, Minha Vida, lançado em 25 de março de
2372009, pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República. A apresentação foi
238concluída pela Sra. Vice-Presidente do Conselho, que encerrou afirmando que, em
239razão do lançamento do novo programa do governo, a próxima reunião do Conselho
240Gestor seria dedicada a discutir os novos critérios de seleção de propostas no âmbito
241do FNHIS. Encerrados os assuntos a serem tratados, e não havendo quem ainda
242desejasse fazer uso da palavra, o Sr. Presidente do Conselho deu por encerrada a

243 reunião, às 13 horas, determinando ao Secretário da mesa a lavratura da presente ata.

244

Brasília, 30 de março de 2009.

245

Nelson Teixeira da Silva

246

Secretário

